

Beneficiário Efetivo: o que muda com o Decreto-Lei n.º 115/2025 Beneficial Owner: what changes with Decree-Law No. 115/2025

Marco Pereira Cardoso
António Seixas Barata

Equipa de Comercial e Societário da pbbbr | pbbbr Corporate and M&A team

O QUÊ?

O Decreto-Lei 115/2025, de 27 de outubro, vem alterar o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo ("**Alteração ao RCBE**"). Este diploma transpõe para o Regime Jurídico português as disposições da Diretiva (EU) 2024/1640, relativa aos mecanismos a criar pelos Estados-Membros para prevenir a utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, na sequência das decisões dos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia.

OBJETO

Esta **Alteração ao RCBE** modifica o atual o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, clarificando o escopo da obrigação da declaração inicial bem como a informação a prestar em determinados casos. A principal alteração diz, no entanto, respeito à consulta da informação declarada.

WHAT?

Decree-Law 115/2025, of October 27, amends the Legal Regime of the Central Register of Beneficial Owners ("**Amendment to RCBE**"). The statute transposes into Portuguese law the provisions of Directive (EU) 2024/1640 on the mechanisms to be established by Member States to prevent the use of the financial system for the purposes of money laundering or terrorist financing, following the decisions of the Court of Justice of the European Union.

OBJECT

This Amendment to RCBE modifies the current Legal Regime of the Central Registry of the Beneficial Owner, clarifying the scope of the obligation of the initial declaration as well as the information to be provided in certain cases. The main amendment concerns, however, the consultation of the information declared.

COMO?

Estas novas disposições visam assegurar um justo equilíbrio entre a proteção dos direitos fundamentais, em particular, o direito ao respeito pela vida privada e o direito à proteção dos dados pessoais, e a prossecução de um objetivo legítimo de interesse geral, como a proteção do sistema financeiro da União contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

A **Alteração ao RCBE** consagra uma restrição à consulta da informação de cada declarante, mediante a exigência de um interesse legítimo para a disponibilização da informação.

O novo quadro está pendente da publicação da respetiva portaria. Espera-se que a mesma defina e concretize, entre outros, o interesse legítimo, bem como a entidade, os critérios e a prova a realizar para tal apreciação.

QUEM?

Todos os beneficiários efetivos registados no RCBE, os seus representantes legais e eventuais legítimos interessados em aceder a informações do RCBE.

QUANDO?

A **Alteração ao RCBE** entra em vigor no primeiro dia do mês de novembro.

HOW?

These new provisions aim to ensure a fair balance between the protection of fundamental rights, in particular the right to respect for private life and the right to the protection of personal data, and the pursuit of a legitimate objective of general interest, such as the protection of the Union's financial system against money laundering and terrorist financing.

The **Amendment to the RCBE** establishes a restriction on the consultation of the information of each declarant, by requiring a legitimate interest for the disclosure of the information.

The new framework is pending the publication of the respective ordinance (Portaria). It is expected to define and specify, among others, the legitimate interest, as well as the entity, the criteria and the proof to be made for such assessment.

WHO?

All beneficial owners registered in the RCBE, their legal representatives, and any legitimate third-parties interested in accessing RCBE information.

WHEN?

The **Amendment to RCBE** shall enter into force on November 1st.